

## Informação à Imprensa

# PAN/Açores quer proteger e reconverter o património da SINAGA

- PAN/Açores avança com iniciativa para proteger e reconverter o património da extinta SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S. A. R. L
- PAN/Açores quer avançar com processos de classificação de várias estruturas como imóveis de interesse público

**Horta, 20 de Outubro de 2021** - A Representação Parlamentar do PAN irá entregar esta semana, na Assembleia Legislativa Regional, uma iniciativa que pretende proteger e reconverter o património da extinta SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S. A. R. L..

O PAN/Açores apresenta, agora, este Projecto de Resolução com o objectivo de colmatar as lacunas de uma outra iniciativa, que deu entrada em agenda para este Plenário de Outubro. Tem a intenção de encontrar, igualmente, um destino adequado para o património fabril, visando medidas proteccionistas efectivas e dando continuidade ao processo de extinção da Sinaga, votada no passado mês de setembro.

Para o PAN/Açores a extinta SINAGA representa mais de meio século de história do ideário de todos os açorianos e em especial, de todos os micalenses, fruto do impacto económico que teve na vida de todos, imprimido a sua marca e assinalando um ciclo económico de história presente na memória de todos.

A importância de todo este espólio não reside apenas na riqueza histórica e cultural do seu património material que carece de um processo interventivo inovador que mantenha a sua integridade, mas, também na diversidade do conteúdo imaterial. Como tal, avança com uma iniciativa que visa a implementação de medidas proteccionistas, através de mecanismos legais de inventariação e classificação. Contempla, igualmente, preocupações com a reabilitação dos vários núcleos fabris e a sua reconversão, que passará pela criação de um núcleo museológico, mas indo além deste horizonte e atribuindo funções inovadoras para o espólio patrimonial da SINAGA.

“Desta forma, a Região tem competência e o dever público para, simultaneamente, tomar medidas efetivas que visem a proteção do património imóvel existente e empreender medidas concretas para valorizar o conjunto de edificações que se



encontram dispersas pela ilha de São Miguel”. Explica o deputado Pedro Neves. E acrescenta: “O nosso diploma concretiza várias opções, mas abre a porta à discussão pública de ideias, trazendo a sociedade civil para o palco da discussão, onde ela deve estar, conjuntamente com o poder regional numa discussão de proximidade com todas os intervenientes que podem capacitar uma solução aglutinadora para este valioso património cultural”.

**Para mais informações, p.f. contactar:**

Sónia Domingos

[sdomingos@alra.pt](mailto:sdomingos@alra.pt) | Telemóvel: 965 203 391 | Telefone: 292 207 600